

País articula para ter força com os vizinhos do Mercosul

Karina Nappi

A competitividade brasileira frente aos demais setores comerciais internacionais terá uma nova queda após a aprovação do aumento no pagamento de energia elétrica por parte do Brasil ao Paraguai. A afirmação é do diretor da BB Consult, José Eduardo Amato Balian.

De acordo com o executivo, a energia elétrica cobrada nas indústrias do País já era uma das mais caras mundialmente, o que faz o produto brasileiro perder posições por encarecimento do valor já na produção.

"Agora com a energia que vem do Paraguai mais cara, o repasse será dado aos fornecedores, e por sua vez aos clientes. Ou seja, as exportações brasileiras mais uma vez ficarão defasadas", relata.

Frentes como as relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai devem ser mantidas; ele explica que ficarão na mesma proporção atual, independente de proposta aprovada no Senado.

De acordo com Balian, o benefício está atrelado às relações políticas e não às comerciais. "Nada irá alterar o ponto de vista comercial, mesmo com os brasileiros pagando três vezes mais pela energia vendida ao País", explica. O comércio exterior entre os dois países no acumulado de 2011, até março, está positivo para o Brasil em US\$ 478,7 milhões, em razão das exportações de US\$ 622 milhões e importações de US\$ 143,3 milhões.

Questionado sobre o acordo político poder influenciar a aprovação da Venezuela, por parte do Paraguai para a inserção do segundo principal parceiro comercial no Mercosul, Balian afirmou que isto, apesar de ser um bom plano, não está atrelado.

Venezuela

Após deixar formalmente a Comunidade Andina das Nações (CAN), sem uma definição sobre como serão regidas as relações comerciais com alguns dos países vizinhos, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, anunciou esperar a entrada no Mercosul. O primeiro passo foi à aproximação, cada vez maior com o Brasil, por meio de acordos de investimento e cooperação em programas de habitação e energia.

Brasil, Argentina e Uruguai já aprovaram a participação dos venezuelanos como membros permanentes do Mercosul. Falta apenas a aprovação do Congresso Nacional do Paraguai, que não agendou a data de votação

Frente aos problemas com a Argentina e a retaliação por parte do Brasil, a proximidade com a Venezuela pode fazer com que as importações brasileiras provenientes da Argentina possam ser substituídas, a longo prazo, por produtos venezuelanos.

"No curto prazo a Venezuela não tem como suprir as defasagens da Argentina, mas a longo prazo eles tem como se tornar o primeiro parceiro comercial do Brasil na América do Sul, passando a frente da Argentina", pontuou Balian.

Argentina

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) colocou em licença não automática a liberação de guias de importação para veículos acabados, autopeças e pneus. A decisão foi tomada em retaliação ao governo da Argentina, que tem adotado barreiras para dificultar a entrada de produtos brasileiros no país. O Brasil responde por 85% do total de vendas do setor automotivo para o exterior.

Como a Organização Mundial do Comércio (OMC) proíbe a imposição de licenças não automáticas para apenas uma origem, a medida vale para todos os mercados, inclusive o

México, o qual o Brasil possui um acordo no setor. O governo brasileiro, no entanto, fará a liberação das importações dos outros países de maneira acelerada e reterá os pedidos vindos da Argentina.

De acordo com a OMC, o Brasil tem até 60 dias para permitir a entrada de produtos no País. "Esse prazo poderá ser cumprido até o final ou até ser ultrapassado, dependendo da postura do governo argentino, a partir de agora, em relação às exportações do Brasil para aquele país", aponta Roberto Segatto, presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abracex).

O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel disse que as medidas adotadas pelo governo brasileiro em contrapartida às barreiras criadas pelo governo argentino aos produtos brasileiros não podem ser interpretadas como retaliação.

"Estão usando o termo errado. Retaliação é coisa complicada de fazer, por enquanto estamos só monitorando. As medidas adotadas nas alfândegas foram tomadas contra vários países", disse.

A ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, reafirmou que o governo da presidente Cristina Kirchner vai manter sua política de defender o mercado local da "concorrência desleal". Em reunião com a nova diretoria da União Industrial Argentina (UIA), Giorgi argumentou que todos os países do mundo usam "todo tipo de medidas para defender o mercado interno".

Segundo ela, "a defesa do mercado interno da concorrência desleal é um elemento fundamental, principalmente neste contexto internacional com excesso de oferta nos países desenvolvidos", explicou.

Fonte: DCI, São Paulo, 13 maio. 2011, Primeiro Caderno, p. A3.